

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo
Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha
Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira
Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Pedagogia econômica

Para tornar realidade o funcionamento pleno da economia de mercado, não basta proclamar simples desejo ou oficializar manifestação de vontade. Aprisionado a um conjunto de regras castradoras e, não raras vezes, de feitio autoritário, o sistema econômico não pode operar livremente enquanto não for libertado de tais restrições. Reconheça-se ainda uma vez ao atual governo o exercício de providências importantes para abrir a economia às práticas da livre concorrência. O programa de desregulamentação tem alcançado êxito significativo, no particular, mas urge oferecer maior dinamismo à tomada de medidas práticas, de efeito consistente e imediato.

Por isso mesmo é que a decisão de reabilitar os cartões de crédito para pagamento de combustíveis, adotada agora pelo governo, ocupa dimensão especial no quadro geral de liberação da economia. O uso dos cartões nos postos de serviço estava proibido desde maio de 1990, para atender a uma política emergencial de contenção do consumo de combustíveis, que logo se revelaria desajustada da realidade. A volta ao sistema indica que, em primeiro lugar, é indispensável retirar da camisa-de-força os instrumentos universalmente aceitos como meio de pagamento. E, depois, sinaliza no sentido de uma breve liberação dos preços da energia carburante.

Ambas as hipóteses atendem às expectativas gerais em favor de liberdade mais ampla para o exercício da atividade produtiva e dos serviços. O sistema fundado na livre concorrência precisa, no caso do Brasil, de experimentar situações por assim dizer pedagógicas. A presença estranguladora do Estado nos domínios da iniciativa privada, ao longo de toda história nacional, criou espécie perniciosa de crosta nos aparatos econômicos, a impedir a passagem dos novos valores. Removê-la é tarefa primordial do Estado nas

presentes circunstâncias, a fim de permitir o reaprendizado da livre competição.

A pedagogia para assimilação do oxigênio agora lançado nos espaços da economia encontra na desmobilização do Estado uma fonte bastante inspiradora. E, quando se fala em desmobilização, não se pretende dizer apenas a liquidação da presença estatal nas atividades econômicas. Deseja-se, também, afirmar a abertura dos mercados pela eliminação de normas e regulamentos, a fim de suscitar ânimo à criação de novos agentes econômicos e ao desenvolvimento das atividades produtivas já instaladas. Os critérios de controles burocráticos há tempos se revelaram desastrosos ao crescimento econômico, como bem provam as malogradas experiências socialistas.

No caso da liberação dos cartões de crédito para uso na aquisição de combustíveis, há outros pontos importantes a considerar. O setor experimenta, já algum tempo, práticas competitivas de apreciável expressão, embora em presença de uma tabela de preços máximos. O desmantelamento do cartel de transporte ensejou aos postos de serviço alternativas menos custosas para se abastecerem a partir das fontes de distribuição. Seguiu-se, daí, a formação de margens na composição de custos capaz de permitir a oferta de preços mais baixos no nível do consumidor final, de que é exemplo a competição em curso.

Com a liberação dos cartões de crédito, um novo estímulo é introduzido no sistema de competitividade. E o giro dos negócios tenderá a elevar-se, com desdobramentos lógicos sobre os níveis de expansão do mercado de trabalho. Culmina os benefícios trazidos ao sistema econômico o melhor posicionamento do consumidor, tanto em relação aos meios alternativos de pagamento quanto, principalmente, à redução dos preços.